Considerando que por decreto com força de lei n.º 13:165, de 18 de Fevereiro último, foi reconhecido como official e para todos os efeitos legais o tempo do serviço prestado no ensino primário particular pelos professores da antiga Escola Azevedo, em Vila Real, anteriormente à conversão da referida escola em official, por decreto n.º 8:998, de 23 de Julho de 1923;

Tendo em vista que o disposto no artigo 1.º da lei n.º 101, de 30 de Dezembro de 1913, estabelece o direito à aposentação aos professores diplomados que exerceram o ensino em escolas primárias não officiais, que hajam mais tarde sido convertidas em escolas officiais, contando-se-lhes para esse fim todo o tempo de serviço prestado no ensino primário particular, desde que por parte dos interessados sejam observados determinados requisitos legais;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É contado, para todos os efeitos legais, todo o tempo de serviço efectivo prestado pelo professor de ensino primário elementar da escola de Formigosa, do concelho e círculo escolar de Vila Nova de Gaia, Dionísio Alves Pereira, anteriormente à conversão da referida escola em official.

Art. 2.º Para os efeitos de aposentação deverá o interessado satisfazer à Caixa de Aposentações todas as cotas relativas ao período de tempo em que serviu na escola acima mencionada até a sua officialização, e ainda os respectivos juros de mora que, pela repartição competente da Direcção Geral da Contabilidade Pública, forem liquidados.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Fevereiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral do Ensino e Fomento

Decreto n.º 15:082

Tendo a experiência demonstrado haver vantagem em uniformizar o regime das diversas secções da Estação Agrária Nacional, não só sob o ponto de vista técnico como administrativo;

Convindo esclarecer algumas das disposições por que se rege a sua actividade e a dos serviços que lhe estão ligados;

Considerando que somam muitos milhares de contos os prejuízos que annualmente os flagelos das plantas acarretam à agricultura, e que por isso convém acrescer na sua eficiência os serviços organizados conforme os decretos n.ºs 9:247 e 11:161, respectivamente de 15 de No-

vembro de 1923 e 19 de Outubro de 1925, no sentido da divisão do trabalho e actuação regional;

Considerando ainda que do presente decreto não resulta aumento de despesa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A 8.ª e 9.ª secções da Estação Agrária Nacional passam a ter organização idêntica às das demais secções, ficando, em consequência, sem efeito a disposição do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 9:148, de 25 de Setembro de 1923, que mantinha àquelas secções o regime em que foram organizadas.

§ 1.º É extinto o lugar de dactilógrafa do quadro do pessoal administrativo da Estação de Ensaios de Máquinas e Fomento de Lavoura Mecânica, sendo o pessoal administrativo e menor acrescido ao quadro da Estação Agrária Nacional, em cuja sede passa a prestar serviço o chefe do expediente e da contabilidade, instalando-se em Queluz a 9.ª secção com o restante pessoal.

§ 2.º Os ajudantes da 9.ª secção, que só poderão ser diplomados com o curso de engenheiro agrônomo pelo Instituto Superior de Agronomia, tomam a designação de adjuntos, a que são equiparados para todos os efeitos legais.

§ 3.º A partir do ano económico futuro, as verbas consignadas no orçamento às referidas secções serão englobadas nas da mesma natureza da Estação Agrária Nacional, fazendo-se desde já a incorporação dos saldos existentes.

Art. 2.º A chefia da Secção de Ensaios de Máquinas e Fomento de Lavoura Mecânica, será provida na primeira vacatura em condições iguais às das restantes secções, deixando por isso de competir privativamente, conforme estatui o artigo 12.º do decreto n.º 4:856, de 14 de Setembro de 1918, que assim fica revogado, ao professor da cadeira de mecânica racional e teoria geral de máquinas do Instituto Superior de Agronomia.

Art. 3.º O Laboratório de Microbiologia Agrícola de Ferreira Lapa, que passará a denominar-se Laboratório de Microbiologia Tecnológica de Ferreira Lapa, faz parte integrante da Estação Agrária Nacional, ficando inteiramente dependente da 6.ª secção, por cujo chefe será dirigido.

§ 1.º Este Laboratório poderá funcionar no Instituto Superior de Agronomia se o conselho escolar o reconhecer vantajoso para o ensino e lhe facultar instalações apropriadas.

§ 2.º Além das atribuições que lhe foram cometidas pelo decreto n.º 13:338, este Laboratório poderá encarregar-se de todos os trabalhos especializados de química tecnológica necessários ao funcionamento da referida secção, que não sejam da índole dos da secção dos serviços laboratoriais.

Art. 4.º Nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 9:247, de 15 de Novembro de 1923, constituiu-se uma delegação do Laboratório de Patologia Vegetal de Veríssimo de Almeida junto da Estação Agrária Nacional, especialmente destinado ao combate dos principais flagelos afectando as culturas das zonas produtoras, pertencendo à região sobre que principalmente incide a actividade da referida estação agrária.

§ único. Esta delegação, funcionando nos termos do § 1.º do artigo 4.º do mesmo decreto sob a orientação superior do director daquêlê Laboratório, firmada, entre outras formas, através do conselho técnico da Estação Agrária Nacional, de que o mesmo é vogal, será dirigida efectivamente por um dos naturalistas assistentes

do mesmo Laboratório, ao abrigo do § 1.º do artigo 3.º, assistido por pessoal idóneo nos termos dos artigos 4.º e 5.º e ainda com recursos de simples pessoal assalariado, quando convenha.

Art. 5.º Sem perder contacto com o Laboratório Central e podendo mesmo manter nêlo, quando necessário, um núcleo de trabalhos de investigação, restrita aos casos que lhe importa tratar, esta delegação manterá nas diversas zonas e estabelecimentos adequados os serviços de estudo e tratamento necessários, de onde irradiarão sistematicamente as medidas profiláticas e curativas a empreender.

Art. 6.º O Fundo do Fomento Agrícola, pela rubrica especial do seu orçamento, porá à disposição da Estação Agrária Nacional para esta delegação os recursos necessários.

Art. 7.º Aos adjuntos e técnicos auxiliares e chefes e condutores mecânicos das secções da Estação Agrária Nacional não serão permitidas acumulações.

§ 1.º Os funcionários de qualquer destas categorias que actualmente acumulem terão de optar dentro de dez dias por uma só função.

§ 2.º Quando não estejam providos todos os lugares de adjuntos e sempre que haja urgência de serviço, poder-se-há recorrer, mediante deliberação do conselho técnico, por tempo limitado e em situação provisória, a funcionários especializados, de comprovada competência, estranhos ao quadro da Estação Agrária Nacional, os quais serão pagos, vencendo como adjuntos e em regime de acumulação, pelas sobras da verba orçamental respectiva.

Art. 8.º Sempre que o conselho técnico da Estação Agrária Nacional o julgue conveniente o proponha, poderão os lugares de adjuntos e técnicos auxiliares ser providos por concurso documental e prestação das provas que para cada caso forem estabelecidas por aquêlo conselho.

Art. 9.º O número de vogais da junta consultiva da Estação Agrária Nacional poderá ser acrescido mediante proposta do conselho técnico, apresentada ao Ministro da Agricultura, devidamente fundamentada para cada caso.

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Agnelo Portela*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa*—*Artur Ivens Ferraz*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Decreto n.º 15:083

Considerando que o tirocínio dos alunos do 5.º ano do curso de silvicultura do Instituto Superior de Agronomia, regulado até aqui pelo decreto n.º 4:685, de 13 de Julho de 1918, precisa ser modificado quanto à remuneração a atribuir aos trabalhos por êles prestados à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, pois que, não sendo funcionários, não só não têm as obrigações e responsabilidades que a estes cabem, mas não podem perceber quantias que representam subvenções concedidas ao pessoal dos serviços, e se não justifica a aplicação do § 2.º do artigo 7.º do citado decreto, visto não poderem ser utilizados em serviços oficiais senão como auxiliares e em casos restritos;

Considerando que útil é favorecer a instrução e aprendizagem dos candidatos a engenheiros silvicultores;

Considerando que para os alunos do curso de agronomia já foi, pelo decreto n.º 9:148, de 25 de Setembro de 1923, estabelecida a forma por que aquela remuneração deve ser fixada, e que justo será proceder análogamente para com os alunos do curso de silvicultura;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições;

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os alunos do curso de engenheiros silvicultores em tirocínio nas matas nacionais ou na sede da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas perceberão remuneração pelos serviços úteis que prestarem, análogamente ao estabelecido pelo decreto n.º 9:148, de 25 de Setembro de 1923, para os alunos do curso de agronomia, remuneração que lhes será fixada pelo Conselho Superior Técnico da mesma Direcção Geral, em harmonia com a natureza e quantidade de trabalho feito, e lhes será satisfeita pelas verbas do Fundo especial da referida Direcção Geral.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Agnelo Portela*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa*—*Artur Ivens Ferraz*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.